

ATA N.º 09/2013:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2013:

No dia oito de maio de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Pinhal Novo (Freguesia de Pinhal Novo), reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Maria da Natividade Charneca Coelho e José Carlos Matias de Sousa.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara foi constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2013

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2013

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2013

PONTO 4 – Festas Populares 2013: atribuição de apoios financeiros

PONTO 5 – Apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão

Semana dedicada à Freguesia de Pinhal Novo:

A **Sra. Presidente** saúda os presentes e descreve resumidamente o programa da *Semana dedicada à Freguesia de Pinhal Novo*, que decorre de seis a dez de maio.

Informa que ao longo desta semana dedicaram um espaço especial das agendas e do trabalho dos serviços às questões relacionadas com a Freguesia de Pinhal Novo, tendo-se realizado algumas reuniões com o Executivo da Junta de Freguesia bem como algumas visitas, nomeadamente: à Escola Básica Salgueiro Maia; ao Centro Social Paroquial de Pinhal Novo; à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela; a algumas das obras da responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela (CMP), entre as quais a da futura ciclovia cuja empreitada estará prestes a iniciar; à A.S.L.-Tomé, Sociedade Vinícola, Lda.; à empresa Bombons da Quinta, empresa dedicada aos chocolates. Destaca igualmente que se encontram

agendados alguns contatos com outras instituições, bem como o atendimento aos munícipes interessados por parte dos Srs. Vereadores.

Concluiu referindo que, tratando-se de uma reunião ordinária, haverá um período destinado à intervenção do público no início da reunião.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Intervenção do Sr. João Simão (1.):

Refere que na zona onde reside, entre a Estrada dos Espanhóis, na Lagoa da Palha, e a Palhota, todos os aceiros da zona assemelham-se às palhotas no Brasil, por não haver alcatroamento e por as valas não se encontrarem limpas. Acrescenta que no inverno a situação piora mas que no verão não é melhor porque é espalhado o *touvenant* e por isso é impossível ter as janelas das habitações abertas por causa do pó.

Intervenção do Sr. Álvaro Brinca (2.):

Menciona que reside na Rua de São Pedro e a razão da sua intervenção é a mesma que o interveniente anterior.

Intervenção do Sr. João Marques (3.):

Aduz que a Venda do Alcaide, lugar da sua residência, foi em tempos contemplada com uma estação nova da REFER, cuja entrada se encontra virada para [nascente] quando a maioria da população está concentrada a poente. Contudo, considera que existe a possibilidade de abrir um portão de acesso, aliás, destaca que tem conhecimento da existência dum protocolo entre a CMP e a REFER (Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE) para a abertura desse mesmo portão. Questiona, por isso, para quando a execução dessa obra.

Outra questão apresentada prende-se também com a REFER e com o viaduto pedonal, mais concretamente com a iluminação pública que foi vandalizada acerca de dois anos atrás. Informa que alertou o Sr. Vereador Álvaro Amaro sobre essa situação e que o mesmo lhe terá respondido que já tinham contactado com a REFER mas que aquela empresa não poderia fazer a obra por questões orçamentais. Contudo, apresenta a sua indignação pelo facto de já terem decorrido dois anos e o viaduto continua sem iluminação pública, que considera inaceitável e incompreensível porque, na sua opinião, não deve ser uma obra assim tão dispendiosa.

Aludiu também à dificuldade que os peões têm na utilização do viaduto pedonal e rodoviário que passa por cima da estação no sentido poente/nascente, pois apesar do viaduto ter um

passeio ele acaba abruptamente prejudicando a segurança dos peões que se deslocam para a Palhota e para o Posto Médico e vice-versa. Solicita uma vez mais que a CMP construa essa berma.

Ainda sobre as bermas, destacou que a estrada municipal que liga a Venda do Alcaide à Escola dos Batudes apenas possui passeio de calçada de um dos lados. Assim sendo, solicitou que seja contemplado no próximo Orçamento e Plano de Atividades da CMP a construção dessa berma pois será um grande contributo para a segurança dos peões.

Por fim, fez referência ao viaduto que liga a Palhota ao Pinhal Novo, que não é mais do que a continuação da Estrada dos Espanhóis, que incompreensivelmente foi construído sem iluminação pública e que assim continua já há seis anos. Pelo exposto, solicitou que a CMP pressione a REFER no sentido de solucionar essa situação.

Intervenção do Sr. Rui Lourenço (4.):

Alude ao estado lastimável do caminho existente na Rua de São Pedro, em Pinhal Novo, onde é proprietário de um terreno.

Em relação às intervenções do Público foram prestados os seguintes esclarecimentos:

– Sobre o estado dos aceiros, questão apresentada pelo **Sr. João Simão (1.)**, **Sr. Álvaro Brinca (2.)** e **Sr. Rui Lourenço (4.)**, o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** destaca que não se deve esquecer a natureza do território, a forma como ele é estruturado e ordenado, pois as intervenções do Público reportaram-se a zonas fora das áreas urbanas e naturalmente que nenhum município tem condições para pavimentar todos os caminhos, e ainda sendo alguns caminhos rurais que, na sua opinião, assim devem permanecer. Por outro lado, a estruturação e a infraestruturacão dos aceiros mencionados ocorre à medida que essa zona vai sendo densificada.

Aludindo à Rua de São Pedro destaca que é uma rua que presentemente se encontra no limite do perímetro urbano do Pinhal Novo, e que possui uma densificação que não se pode desconsiderar. Acrescenta que os estudos elaborados nos últimos anos apontam para a priorização de dois aceiros - o Aceiro dos Arraiados e a Rua das Sapatarias. Infelizmente, por dificuldades económicas e orçamentais que são conhecidas, a CMP não pode avançar neste mandato com essas obras, mas garante que no caso da Rua das Sapatarias todo o processo/projeto se encontra concluído e pronto para ser lançado o procedimento e que assim acontecerá mal haja disponibilidade financeira da parte da CMP.

Por outro lado, o caso do Aceiro dos Arraiados é mais complexo. Destacou que a CMP tem uma estimativa orçamental para a obra que rondará os trezentos e cinquenta mil euros, sem contemplar o conjunto de viadutos e de atravessamentos hidráulicos necessários.

Acrescenta que os dois troços referidos foram considerados estruturantes pelas ligações que podem possibilitar, porque uma coisa é percorrer-se três quilómetros de aceiro para chegar a casa e outra bem diferente é utilizar uma alternativa e percorrer apenas cem ou duzentos metros. Salientou também que é residente numa zona rural e que é utilizador de um caminho de terra batida, pelo que compreende as dificuldades que foram relatadas.

Relativamente ao Aceiro dos Arraiados informa que a CMP se encontra a trabalhar e que foi efetuado o levantamento topográfico que permitiu chegar, em matéria de estudo prévio, aos montantes enunciados. Relativamente à Rua de São Pedro, era expectativa da CMP que com o avanço de uma operação de loteamento uma parte da rua e uma parte do Aceiro dos Arraiados, cerca de duzentos metros, fossem asfaltados porque a CMP impôs essa obrigação aos promotores do loteamento. Infelizmente até à data isso não aconteceu, apesar dos alvarás de loteamento se encontrarem prontos para serem levantados, mas certamente que os promotores não têm financiamento para avançarem com as obras.

Relativamente à Rua de São Pedro esclarece que até final do mandato não está nada previsto no plano de investimentos da CMP.

Relativamente ao Aceiro dos Arraiados e à Rua das Sapatarias, acredita que continuam em Plano Plurianual de Investimentos (PPI) mas apenas para os anos seguintes, e que chegados a outubro deste ano é necessário priorizar intervenções. Contudo, dos contatos mantidos com a Junta de Freguesia, estas duas intervenções continuam a ser prioritárias para aquela zona. Esclarece que o Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia prevê a sua conservação, mas existem anos particularmente mais difíceis. O que se encontra protocolado prevê três passagens de niveladora, algumas recargas de *touvenant*, a desmatação de bermas, uma desmatação de bermas por ano, entre outras intervenções. Acrescenta que dependendo das condições climáticas a CMP nem sempre consegue fazer isso em todos os locais. Refere que pelo que tem conhecimento, naquele mesmo dia a máquina encontrava-se a trabalhar e a fazer desmatação de bermas.

Aludindo às valas, esclarece que uma coisa são valas outras são valetas. A responsabilidade da limpeza das valas recai sobre o proprietário sempre que elas atravessem terrenos particulares. Quanto às valetas laterais, essas sim, devem ser limpas aquando da desmatação e, que no caso em concreto, esse trabalho faz parte do Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

– Sobre a nova estação da REFER, questão colocada pelo **Sr. João Marques (3.)**, o **Sr. Vereador Álvaro Amaro** referiu que iria dividir as questões apresentadas em duas.

Quanto à obra do acesso sul à estação informa que a CMP continua a trabalhar arduamente no processo e que o mesmo se encontra de novo na REFER para apreciação das alterações introduzidas no projeto. Alude que numa das últimas reuniões destacou que o projeto apresentado quadruplicava o valor do protocolo celebrado com a REFER, protocolo esse que repartia os custos entre ambas as partes, sendo financeiramente incomportável. Contudo, após várias reuniões de trabalho para negociação do assunto com o Conselho de Administração da REFER e os seus técnicos, foi possível chegar a uma solução alternativa muito mais barata. Contudo, o processo não se encontra concluído porque dependem de duas ou três soluções técnicas que devem rondar os trinta mil euros a menos, o que, na sua opinião, é significativo em tempos de dificuldades económicas.

Quanto às outras questões apresentadas, menciona que essas reivindicações já foram apresentadas à REFER, mas que têm existido avanços e recuos. Acrescenta que em 2012 quase que se esteve perto de celebrar um protocolo de colaboração com a REFER no sentido de a CMP receber todos os viadutos superiores, inferiores, pedonais e viários, sendo que a REFER teria de realizar um conjunto de obras, entre as quais a iluminação dos viadutos superiores da Estrada dos Espanhóis e da Lagoa da Palha, entre outras. Acrescenta que a CMP solicitou orçamentos à EDP (Eletricidade de Portugal, S.A.) e contabilizou as contrapartidas e as apresentou à REFER, mas que este ano a autarquia foi surpreendida com uma contraproposta em que dos oitocentos mil euros previstos para as reparações nesses viadutos a REFER propôs-se pagar apenas cento e vinte mil euros. Como facilmente se compreende, esta posição levanta sérios problemas do ponto de vista financeiro, de seriedade e de ética, que fez regredir três anos de negociações.

Informa que a CMP rececionou essa contraproposta há cerca de dois meses e que a resposta está a ser preparada, mas as informações técnicas recolhidas sobre esse assunto apontam para a impossibilidade de se poder aceitar um protocolo ou um acordo dessa natureza, porque não é o Município que vai ter que suportar o custo de obras mal realizadas e reparações em viadutos que utilizaram, quer fundos públicos, quer fundos europeus.

Reafirma que a CMP se encontra empenhada na defesa dos interesses da população e que pretende que as obras sejam bem concretizadas e que o Município só se encontra disponível para as receber nessas condições, porque também é necessário defender as finanças municipais. Para além disso, a CMP tem um conjunto de obras que gostaria de realizar, como os aceiros e outras, por forma a elevar a qualidade de vida dos munícipes e não se encontra disponível para despende o dinheiro dos impostos em obras que a REFER deveria ter feito devidamente.

- Autorizado pela **Sra. Presidente**, interveio o **Sr. João Marques (3.)** para referir que a REFER não pode responsabilizar-se pelas obras que foram posteriormente vandalizadas, como é o caso da iluminação do viaduto pedonal, e que nessa situação é inaceitável passarem-se dois anos sem que a CMP tenha repostado a iluminação. Questionou se será assim tão dispendioso para a autarquia, concluindo que a CMP tem de adotar uma posição mais forte e radical para a resolução de todos esses problemas.

- A **Sra. Presidente** reafirma que a CMP tem-se empenhado com seriedade e tem tido uma posição muito firme em relação a este assunto. Aproveita para informar que a situação ocorrida no Município não é caso único, porque em diversas partes do país existem problemas semelhantes, mas que a autarquia está seriamente empenhada para que a REFER concretize, e bem, todas as obras da sua responsabilidade.

- O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** acrescenta que a situação em Palmela é um caso muito específico, porque enquanto noutros concelhos da área metropolitana apenas têm por resolver dois ou três viadutos, no caso de Palmela são vinte e seis: na linha do Alentejo, na linha do Sado e na linha que é explorada em regime de concessão pela Fertagus - Travessia do Tejo, Transportes, S.A.. Esses três eixos atravessam o concelho em várias freguesias, desde Penalva a Fernando Pó, e é um dossiê «pesado» e a nova administração da REFER pretende encerrar este assunto da pior maneira, mas vai contar com a resistência do Município.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente dá por terminado o período de Intervenção do Público, passando ao Período Antes da Ordem do Dia.**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

• **Reunião extraordinária de Câmara** – A **Sra. Presidente** informa que a próxima reunião de Câmara está agendada para o dia dezasseis de maio pelas dez horas em Palmela, e será uma reunião extraordinária, convocada por razões imperiosas que não podem esperar pela próxima reunião ordinária, pelo que não haverá espaço para o período antes da ordem do dia.

• **Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro** – A **Sra. Presidente** refere que o Município habitualmente assinala o Dia Municipal do Bombeiro, mas sendo o mês de maio o «Mês do Bombeiro», as comemorações começaram logo no dia 1 com as cerimónias alusivas ao aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo (AHBPN) e que vão prolongar-se praticamente durante todo o mês, culminando no dia 26 com uma sessão solene de homenagem aos bombeiros do concelho.

Acrescenta que vão ocorrer diversas iniciativas por todo o concelho e que, por exemplo, em algumas das escolas o tema das comemorações deste ano continua a ser dedicado às questões da sensibilização e da criação de uma cultura para a segurança, pelo que algumas das atividades mais importantes vão ser simulacros de incêndios ou de acidentes que contarão com a participação das escolas. Irá ocorrer também outras iniciativas, umas de convívio, outras de exercícios conjuntos, e haverá um momento considerado importante que será o do desenvolvimento de um exercício, de um grande acidente, levado a cabo pelas três corporações que procura testar a capacidade de cooperar, trabalhar em conjunto e reagir com rapidez.

Alude que este ano o programa central das comemorações é organizado pela AHBPN - tendo em conta o princípio da rotatividade.

Deixa o convite para que toda a população participe, nem que seja apenas na cerimónia do dia 26, por considerar que é uma cerimónia que os bombeiros merecem e que justifica a participação de toda a comunidade.

• **«Licenciamento Zero»** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** menciona que a CMP teve conhecimento, em finais de abril, que o «Licenciamento Zero» iria entrar em vigor no dia dois de maio, informação transmitida por circulares da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e também da Agência para a Modernização Administrativa (AMA, IP). Refere que estranharam não haver informação suficiente sobre o funcionamento da plataforma e do «Balcão do Empreendedor», mas que apesar disso a CMP tem vindo a fazer um grande esforço para se preparar para esse momento, cumprindo todas as tarefas do plano de trabalho que a AMA tem solicitado, bem como investido na formação dos trabalhadores da autarquia - do atendimento, das atividades económicas e da fiscalização.

Contudo, apesar desses esforços, até à presente data, a plataforma eletrónica ainda não entrou em funcionamento, frustrando quer as expectativas da autarquia, quer de alguns munícipes que se dirigiram à CMP. O Governo afirma que o «Licenciamento Zero» é uma forma de simplificar os procedimentos administrativos, mas de facto nada é possível realizar, sem que a plataforma funcione.

Manifesta a sua preocupação pela forma como os cidadãos e os empresários estão a ser tratados.

Informa também que a partir do dia um de junho está previsto a entrada de duas medidas que visam aproximar o cidadão do serviço público, duas medidas facilitadoras que vão estar disponíveis apenas na internet.

• **Fatura eletrónica da água** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que a nova fatura vai passar a ser emitida em formato eletrónico PDF (*Portable Document Format*) e enviada por

correio eletrónico para o endereço do munícipe aderente. A nova fatura tem validade fiscal e o munícipe pode cancelar a sua adesão a qualquer momento. Quanto a vantagens são inúmeras. Para o munícipe são essencialmente de comunidade, rapidez e de poder receber a fatura sem que esteja na residência do contrato. Para o município traduz-se essencialmente na poupança de recursos financeiros. Para todos contribui para a proteção do meio ambiente.

• ***Diploma de Mérito atribuído à Câmara Municipal de Palmela no âmbito da Acessibilidade e Mobilidade para Todos*** – O Sr. Vereador **Álvaro Amaro** informa que no dia vinte e quatro de maio, na Casa de Serralves no Porto vai ser atribuído à CMP o Diploma de Mérito Acessibilidade e Mobilidade para Todos, uma iniciativa da responsabilidade do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM) e do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) que reconhece o trabalho de vários municípios na promoção da acessibilidade para todos. A atribuição deste Diploma de Mérito encontra-se associado à publicação “acessibilidade e mobilidade para todos – O Estado da Nação - 10 anos de acessibilidade | 5 anos de notícias”, obra que retrata o estado da arte da acessibilidade em Portugal e onde são colocados em destaque cinquenta boas práticas em matéria de acessibilidade, entre as quais as que se encontram desenvolvidas no Município de Palmela, assim como depoimentos e entrevistas.

Para a CMP a atribuição deste Diploma de Mérito significa de forma simbólica, uma vez mais, o reconhecimento de todo um trabalho em torno da promoção da acessibilidade para todos, prática que tem sido marcada desde longa data por várias intervenções que visam tornar Palmela um concelho mais inclusivo e acessível.

Recorda que, desde final de dois mil e dez, que a CMP concluiu um diagnóstico importante e um plano de ação denominado «Plano Local de Promoção da Acessibilidade de Palmela» e que mesmo antes deste ano já existiam várias intervenções nos principais espaços públicos do concelho, realizadas com estes princípios. Todas estas ações viram agora o seu reconhecimento como boas práticas, por uma entidade que faz a avaliação do estado da arte no país. Por isso, a CMP congratula-se com este facto, embora exista a consciência de que muito há ainda a fazer, pois os obstáculos a corrigir no nosso concelho são inúmeros. Este reconhecimento é um estímulo para se continuar, apesar dos meios cada vez mais reduzidos.

• ***Fantasiarte 2013*** – O Sr. Vereador **Adilo Costa** menciona que este ano o projeto Fantasiarte comemora dezoito anos. No fundo são dezoito anos de percursos pela educação e pela arte nas escolas do concelho e que muitos têm sido os programas artísticos, desde a música, ao teatro, à dança, às artes visuais, que têm estimulado a criatividade, promovido o acesso a diversas vertentes expressivas de experimentação e o contacto com criadores. Tudo isso faz parte de experiências de desenvolvimento educativo e desenvolvimento humano que continuam a ser um compromisso para com as crianças e com as suas famílias.

Acrescenta que nesta 19ª edição, a CMP conta com a participação de dois mil e setecentos alunos e educadores/professores de todas as freguesias do concelho, os quais vão partilhar em cerca de oitenta programas o seguinte calendário: nove e dez de maio, no Auditório Municipal de Pinhal Novo, as festas do segundo e terceiro ciclo e do secundário; na semana de vinte a vinte e sete de maio, no Cineteatro S. João, as festas do pré-escolar e do primeiro ciclo.

O Município assume o Fantasiarte como uma prioridade no conjunto do trabalho que realiza com a comunidade educativa e conta com a participação de toda a comunidade educativa, professores, alunos, pais e pessoal não docente. Destaca que neste momento existem pais, que enquanto crianças e jovens, participaram no Fantasiarte e pisaram os palcos, mas que agora veem os seus filhos a participar. Na sua opinião, esta experimentação é muito importante porque os palcos não mordem. Os palcos são importantes para os nossos artistas executarem um conjunto de projetos que são também programados e projetados na escola e para a formação de públicos.

• ***Clique sem Idade*** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o projeto começou a trinta de abril e prolongou-se até sete de maio do corrente ano, e é um projeto de educação não formal com a duração total de vinte e uma horas. O seu objetivo é dar noções básicas de informática como resposta às necessidades identificadas pela população com mais de cinquenta e cinco anos e abrange as cinco freguesias do concelho. O projeto visa facilitar o acesso dessa população às novas tecnologias, e como garante da sua cidadania ativa procura sensibilizar a comunidade para o reforço da relação entre gerações.

Neste contexto, cruzando o «Clique sem Idade» com o «Março a Partir», o Município celebrou pela primeira vez o «Dia Europeu da Solidariedade e Cooperação entre Gerações» na Associação de Idosos de Palmela, a vinte e nove de abril. A três e quatro de maio realizou-se a pintura de rua intergeracional no edifício sede do Grupo Quarenta dos Escuteiros de Palmela.

Esta ação, enquadrada numa iniciativa entre os LOL e os Rapazes/Raparigas do Meu Tempo, foi um sucesso e envolveu parceiros como a Associação de Idosos de Palmela, o Centro Social de Palmela/Okupa – Espaço Juventude, o Centro Social de Lagameças, o Grupo Quarenta dos Escuteiros, a Escola Secundária de Palmela, o Décimo Segundo-G da Escola Secundária de Palmela que fez um trabalho interessante que vai bisar no Fantasiarte, a Santa Casa da Misericórdia de Palmela, a Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas e alguns particulares. Houve uma colaboração muito especial da Dra. Maria João Quintela, Presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia (APP), e da Dra. Marta Roberto, investigadora da Universidade da Beira Interior, e do grafiteiro Mário Gaspar.

Informa que no dia anterior esteve no início do projeto do «Clique sem Idade», no Pinhal Novo, e pela primeira vez houve uma grande adesão de participantes do género masculino, contribuindo para um enquadramento bastante equilibrado e muito interessante.

• **Clube Desportivo Pinhalnovense** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** realça o papel dos juniores do Clube Desportivo Pinhalnovense (CDP) porque sagraram-se campeões distritais da Primeira Divisão Distrital do Campeonato da Associação de Futebol de Setúbal. Elogia a regularidade exibida ao longo de toda a época e a expressiva vitória, no sábado anterior, por cinco a dois frente ao Fabril do Barreiro.

Informa que na próxima época os juniores do CDP participarão no Campeonato Nacional da Segunda Divisão deste escalão, elevando para um patamar superior no futebol a presença do clube e do Concelho de Palmela.

• **2.ª Edição do Festival Internacional FINISTERRA** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que teve início, nesse mesmo dia em Setúbal, a Segunda Edição do Festival Internacional Cinematográfico de Turismo FINISTERRA. O evento iniciou-se com uma conferência dedicada ao tema «Cinema e Turismo» que decorreu na nova Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal e que prolongar-se-á até domingo em Palmela na Casa Mãe da Rota de Vinhos, em Sesimbra e em Setúbal, com a exibição de cento e vinte filmes de promoção turística de quinze países.

Acrescenta que o festival tem como parceiros a CMP e as câmaras municipais de Setúbal e Sesimbra, e que tem como objetivo principal destacar o trabalho de realização cinematográfica e promover do ponto de vista turístico, em Portugal e internacionalmente, os três concelhos que têm na Arrábida, candidata a Património Mundial da Humanidade da UNESCO, um forte elo de ligação.

Por último, refere que o filme promocional do moscatel de Setúbal está entre os possíveis nomeados aos prémios do festival e que o FINISTERRA representa uma iniciativa muito importante para impulsionar e para fortalecer no Concelho de Palmela e na região o setor turístico.

• **18.ª Mostra de Vinhos de Marateca e Poceirão** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que, no próximo fim de semana, Fernando Pó receberá mais uma edição da Mostra de Vinhos das freguesias de Marateca e Poceirão e que é mais uma oportunidade para apreciar a grande evolução registada pelo certame, bem como pelos vinhos e empresas das freguesias rurais do concelho ao longo das quase duas décadas.

Destaca a forte aposta na criação de marcas próprias, na modernização e na divulgação que tem sido reconhecida, nacional e internacionalmente, com múltiplos prémios contribuindo para a afirmação da importância do setor na economia que tem apresentado um crescimento assinalável na região.

A Mostra de Vinhos contará com a presença de vinte e sete vinhos tintos e catorze brancos em prova a competirem por um lugar entre os dez melhores do ano. Para além da Mostra de Vinhos ocorrerá igualmente, como habitualmente acontece, a Feira de Vinhos do Concelho de Palmela que contará com a presença de treze pavilhões de produtores de todas as freguesias do concelho.

Fez referência também à realização de um colóquio subordinado ao tema "O Novo Regime Contabilístico para a Viticultura", ao programa complementar que contará com espetáculos musicais, bailes com artistas populares, tunas académicas, uma mostra de produtos regionais, gastronomia e a tradicional exposição de alfaias agrícolas.

Refere que depois do grande sucesso desta iniciativa registado no ano transato, a CMP continua a trabalhar com a Comissão Organizadora da Mostra no sentido de aumentar a atratividade turística do certame que assenta naquilo que é a qualidade dos vinhos do concelho, mas também nas suas potencialidades turísticas. Finaliza convidando todos os presentes à inauguração do certame que ocorrerá na próxima sexta-feira pelas dezanove horas.

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a moção que se segue, tendo a admissão da mesma sido aprovada por **unanimidade** e em minuta.

Moção (Obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo):

(A moção, cujo texto se transcreve, foi alvo de alterações, conforme discussão havida).

"As obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo, projetadas e contratadas pela Parque Escolar, EP, cuja conclusão estava prevista para o final do ano letivo 2011/2012, foram suspensas, numa fase bastante adiantada da última fase da empreitada, sem que a direção da escola e a Câmara Municipal de Palmela fossem oficialmente informadas sobre as razões da decisão do governo.

Da conclusão da obra depende o aumento do número de salas para disciplinas específicas (educação tecnológica, educação visual e laboratórios de biologia/geologia, física/química), imprescindíveis à organização curricular e aos planos de estudo dos alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo, que inclui o 3º ciclo do ensino básico, face à sobrelotação da EB José Maria dos Santos, na mesma freguesia.

Após uma reunião de trabalho com a direção da escola e a associação de pais, a Câmara Municipal de Palmela solicitou, a 17 de maio do ano passado, uma reunião urgente com o ministro da Educação e Ciência, não tendo, até hoje, obtido qualquer resposta, apesar das nossas continuadas insistências.

Neste sentido, e considerando que:

- o abandono das obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo, numa fase próxima da sua conclusão, constitui um sério prejuízo para a comunidade escolar, num período em que a rentabilização de recursos é tão necessária;
- do aumento do número de salas dependerá a capacidade para acolher mais turmas, descongestionando a EB José Maria dos Santos;
- as salas para as disciplinas específicas são uma condição essencial para promover a qualidade do ensino e estimular o sucesso educativo, num território onde a população escolar tem crescido, contrariando a tendência nacional;
- a comunidade educativa e o Município de Palmela desconhecem oficialmente as razões desta suspensão, não podendo, por isso, contribuir para fazer parte da solução, num concelho que tem demonstrado a importância da cooperação institucional;

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 8 de maio de 2013, em Pinhal Novo, **delibera**:

- repudiar a falta de diálogo e a ausência de respostas do Ministério da Educação e Ciência à comunidade escolar e ao Município de Palmela;
- exigir a conclusão das obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo, de forma a garantir o aumento da oferta escolar, no ano próximo ano letivo.”

**Sobre a moção (*Obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo*)
intervêm:**

O **Sr. Vereador Adilo Costa** acrescenta que a candidatura da CMP ao Campeonato da Europa de Orientação, cuja sede da organização da prova é na Escola Secundária de Pinhal Novo encontra-se fragilizada se a obra não for concluída.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** considera que é inadmissível que desde dezassete de maio do ano transato, como é mencionado na moção e que se tem que aceitar como válido, não haja da parte do Ministério da Educação ou do Ministro da Educação e Ciência uma resposta à CMP. Como tal, considera que existe uma necessidade de se apurar o que está previsto, uma vez que a escola foi englobada num pacote de três outras escolas: a Lima de Freitas, a D. João II, e a Secundária de Pinhal Novo. Na Escola Lima de Freitas as obras foram concluídas, pese embora terem sido retirados alguns trabalhos. A Escola D. João II conseguiu um protocolo com a empresa que construiu a escola do Pinhal Novo no sentido da redução do tempo de implementação da obra de dezoito para doze meses e como tal os trabalhos foram concluídos antes da crise. Demonstrou o seu descontentamento pela falta de diálogo institucional que se verifica.

Solicita algumas retificações ao texto no sentido de ser claramente dito que as obras de requalificação eram incluídas no âmbito das intervenções da terceira fase das obras da Parque

Escolar, e aconteceram porque o governo do Eng. Sócrates decidiu que as escolas secundárias seriam uma prioridade e para tal foi constituída a empresa Parque Escolar.

Não concorda com o primeiro parágrafo dos considerandos onde se lê: *“o abandono das obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo, numa fase próxima da sua conclusão, representa um desperdício financeiro inaceitável.”* Na sua opinião as obras não estão concluídas porque não há dinheiro. O que foi investido encontra-se investido, mas impossibilita os pressupostos da sua remodelação, num período em que a rentabilização de recursos é tão necessária. Por isso, o desperdício não existe. O desperdício existe no que está investido.

Quanto à questão das turmas, menciona que no momento a Escola Básica José Maria dos Santos tem sete turmas de terceiro ciclo e que transitando essas turmas para a Escola Secundária, a Escola Básica José Maria dos Santos fica desafogada porque contará, única e exclusivamente, com o segundo ciclo. A questão é que se está a falar apenas de sete turmas porque a Escola Secundária tem capacidade para acolher as onze a doze turmas que saem do sexto ano.

Por último, questiona se a reunião de rede em que a CMP participa anualmente já ocorreu e qual a rede prevista para o concelho, para a secundária e para as entradas no quinto ano, porque julga que, ao contrário do que diz a proposta, a população do quarto ano no concelho de Palmela e em particular na Freguesia do Pinhal Novo tende a uma estabilização para menos alunos e que não haverá uma sobrecarga da Escola José Maria dos Santos a esse nível. Os números apresentados foram do seu conhecimento, uma vez que não estava preparado para a moção, e como tal solicita o esclarecimento.

Informa que feitas as devidas correções, a moção seria votada favoravelmente.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** acrescenta que não subsistem dúvidas de que as obras foram feitas pela Parque Escolar. Em relação às sete turmas que foram referidas não existe nenhuma dúvida.

Contudo, na sua opinião, o Sr. Vereador José Carlos de Sousa não compreendeu o sentido pretendido porque ao falar-se sobre um ponto de vista economicista o dinheiro parado é dinheiro perdido, houve investimento. Aliás, foi dito e bem, que o que está em mora é a segunda fase porque dois terços da escola estão terminados. Só por grande incúria e por uma grande distração e desconhecimento do terreno, é que se deixa um terço de uma escola por concluir.

Quanto à reunião de rede informa que não ocorreu e que oficiosamente a CMP não tem conhecimento da mesma.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** sublinha a enorme persistência e paciência que é preciso ter para anual, trimestral e mensalmente se falar sempre dos mesmos problemas,

sobretudo daqueles que fazem parte dos mais elementares. Só quem não vê e não conhece é que pode aceitar esse tipo de situações.

Aludie às propostas apresentadas pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa, acrescentado que o primeiro parágrafo dos considerandos quase dá a entender que o que foi feito é um desperdício financeiro inaceitável, num período em que a rentabilização de recursos é tão necessária, pois em parte lê-se: "*o abandono das obras de requalificação da Escola Secundária de Pinhal Novo, numa fase próxima da sua conclusão, representa um*" não aproveitamento do investimento já realizado impossibilitando os pressupostos da sua remodelação.

Na sua opinião, afirmar perentoriamente que representa um desperdício financeiro inaceitável parece o coro que se fez ouvir no país porquanto as obras da Parque Escolar que eram realizadas não eram precisas, e não sendo precisas eram exatamente um desperdício financeiro inaceitável. Contudo, considera que o investimento na Educação nunca é um desperdício, pelo que, a afirmação devia ser corrigida e de acordo com a proposta do Sr. Vereador José Carlos de Sousa dado que não desvirtua o seu sentido num período em que a correta utilização de recursos é tão necessária.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** mostra a sua confiança em que a proposta possa ser votada por unanimidade, acrescentando que esta matéria já foi discutida na Assembleia da República. Acrescenta que não se pode permitir que haja deputados da nação que quando se deslocam à Escola Secundária de Pinhal Novo digam que vão mover todo o Governo para a questão, tal como aconteceu com o Deputado Paulo Ribeiro e a Deputada Maria Mercês Borges em setembro de dois mil e onze, sem que depois nem todos assumam as suas responsabilidades.

O texto da moção encontra-se assim redigido porque infelizmente os ministros são comandados pelo Ministro das Finanças e só conhecem a folha de Excel. Considera não haver dúvida nenhuma que o abandono das obras nesta fase concludente traduz-se num prejuízo financeiro.

A **Sra. Presidente** refere que dado haver acordo quanto ao princípio da moção a vai submeter a votação.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

• **Apoio financeiro às Corporações de Bombeiros do Concelho** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que nos últimos anos tem sido sensivelmente no mês de março que o assunto relacionado com as verbas de apoio ao funcionamento dos grupos de bombeiros permanentes - sete bombeiros permanentes em cada corporação - vem à reunião de Câmara, permitindo que geralmente em maio, no mês do bombeiro, a primeira *tranche* de apoio esteja disponível. Contudo, essa proposta ainda não foi apresentada pese embora já seja o dia oito de

maio. Para além disso, destaca que teve o cuidado de procurar em orçamento e notou que a dotação que se encontra em orçamento é insuficiente e que geralmente até é costume vir expresso os seguros e os protocolos na mesma proposta. Acrescenta que em termos comparativos a dotação dos dois anos anteriores é superior ao que existe em orçamento e julga que se esteja à espera da próxima reunião extraordinária para regularizar essa situação. Desconhece se é esse o caso, mas questiona para quando a aprovação tendo em conta o atraso verificado, os problemas que são conhecidos, e com o que costuma ser a prática relativamente ao apoio às corporações de bombeiros, uma vez que, é uma verba essencial para a sobrevivência das corporações.

Ainda relacionada com esta questão, refere que no dia um teve conhecimento de algo que podia trazer novidades relativamente à instalação da Força Especial de Bombeiros Canarinhos no antigo quartel de Águas de Moura mas não tem conhecimento se houve alguma evolução entretanto.

• ***Centro Histórico da vila de Palmela – Altura dos lancis em resultado da obra efetuada*** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** pronuncia-se sobre o rebentamento de pneus junto á Igreja de São Pedro e sobre as muitas queixas que à CMP, certamente, já terão sido apresentadas. Segundo tem conhecimento serão umas vinte situações, contabilizadas por baixo, e com certeza que as queixas multiplicar-se-ão. Lembra que na última Assembleia Municipal falou com a Sra. Presidente sobre esta situação e que basicamente são dois os pontos que podem considerar-se «pontos negros»: o lancil da curva junto á igreja e o bico proeminente de quem vem de cima.

Acrescentou que não é sua maneira de ser estar a discutir a montante e que não analisaria a questão por mau planeamento ou por os lancis serem demasiado altos. Contudo, como foi explicado pela Sra. Presidente, pode haver até falta de perceção por parte dos condutores ao efetuarem a curva, mas considerando que as ocorrências são praticamente diárias e tendo em conta o tempo decorrido, ter-se-á que concluir que, a não ser que a CMP seja inimiga dos munícipes, são muitos os condutores distraídos.

Na sua opinião, há uma realidade que tem que ser acutelada e que é incontornável, porque ainda mais preocupante do que o rebentamento de pneus foi um incidente que ocorreu quando um automobilista subiu ligeiramente o lancil e praticamente ia capotando porque perdeu o controlo da viatura. Logicamente que dependerá também da velocidade com que se circula, mas deve haver preocupação com os danos nas viaturas, sendo premente encontrar uma solução pelo que questiona quando e quais as medidas que vão ser tomadas.

• **Recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) / Diminuição do número de contentores do lixo** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que a recolha de lixo está a correr muito mal, ou há momentos em que corre muito mal, e que no mês de abril voltou a haver momentos caóticos e preocupantes, embora tenha conhecimento que no mês de maio a situação se encontra em recuperação.

Pretende saber qual o ponto da situação relativo ao concurso público, já votado em reunião de Câmara. Acrescenta que, na sua opinião, os problemas na recolha dos RSU terão ocorrido com as viaturas camarárias e que as dificuldades ocorreram um pouco por todo o concelho em virtude da redução do número de contentores em algumas zonas. Presume que essa alteração seja objeto de algum estudo ou de alguma nova implementação, mas que é preciso monitorizar e avaliar e exemplificou com o centro da vila de Pinhal Novo dado que há locais onde a retirada de contentores pode não estar a resultar. Considera que a avaliação deste processo pode estar a ser muito precoce, uma vez que, ao domingo de manhã os contentores já se encontram cheios. Pelo exposto, questiona a razão pela qual ocorrem constantes alterações e qual o ponto da situação.

• **Urbanização Val' Flores** – O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** questiona sobre a situação de Val' Flores, uma vez que a obra foi adjudicada em janeiro de dois mil e onze e tinha seis meses para ser concluída (até trinta de junho). Esse prazo coincide com a utilização das garantias bancárias por parte da CMP para a conclusão de algumas infraestruturas, nomeadamente, da parte elétrica.

Informa que esteve no local com o Vereador Álvaro Amaro em setembro de dois mil e onze e que tem conhecimento das dificuldades ocorridas. Acrescenta que teve acesso ao relatório que foi presente aos membros da Assembleia Municipal no qual consta que houve uma prorrogação do prazo até trinta de abril.

Contudo, o que é facto é que tendo passado naquele mesmo dia por Val' Flores, constatou que o estaleiro de obra lá permanece. Pelo exposto, questiona a razão pela qual a obra não se encontra concluída passados vinte e dois meses sobre o prazo estipulado para a sua conclusão.

• **Pólen das árvores** – O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** pronuncia-se sobre o pólen das árvores que tanto atormentaram a Sra. Presidente no dia do discurso do 25 de abril. Relembra o que o Sr. Vereador Álvaro Amaro afirmou, a vinte de abril de dois mil e onze, pelo facto de os plátanos existentes terem sido cortados criando um ambiente inóspito à presença dos idosos e das pessoas em geral. Nessa ocasião, o Vereador Álvaro Amaro terá afirmado que *"o trabalho que tem sido efetuado é o da poda e do desbaste de cariz mais cirúrgico. Julga-se que, desta forma e com o tempo, o problema será atenuado"*. Contudo, o que ocorreu com a

Sra. Presidente é uma situação recorrente no Pinhal Novo. Por exemplo, menciona o ocorrido nessa terça-feira quando os alunos das escolas do Pinhal Novo foram realizar o exame do 4º ano de escolaridade na Escola José Maria dos Santos, pois tinham "neve" em abundância.

Informa que conhece plátanos plantados em outros locais mas que sofrem uma intervenção preventiva. Parece-lhe que a poda é efetuada antes das bolas abrirem, impedindo que o pólen e o algodão saíam. Na sua opinião, são essas bolas que são o foco principal para que os algodões esvoacem. Questiona se humanamente é possível essa intervenção. Acrescenta recordar-se quando o Sr. Vereador José Charneira mandou cortar os plátanos todos pelo meio e do debate havido com o Vereador Brás Pinto sobre a forma como os plátanos deviam ser cortados, mas não vai discutir sobre essa matéria porque não é do seu conhecimento, pese embora algo tenha que ser feito.

• **Baias colocadas no Largo do Pelourinho (em Palmela) – O Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere que aparentemente na vila de Palmela «nasceram» baias amarelas e que gostava de tentar perceber por quê. Alude que a requalificação do "Largo do Pelourinho" (Praça Duque de Palmela) e da zona adjacente pressupunha o embelezamento do miradouro junto aos Paços do Concelho. Acrescenta que a obra encontra-se concluída, mas que há um tempo a esta parte «nasceram» umas baias no lado esquerdo, a seguir ao miradouro. Presume que lá foram colocadas na sequência da subida da cota do passeio, que contará com uns oitenta centímetros de muro, e provavelmente o local foi protegido com baias para evitar que as pessoas de lá possam cair. Contudo, em virtude do tempo já decorrido solicita esclarecimentos.

• **Castelo de Palmela – Espaços Museológicos da Praça de Armas / Casa Hermenegildo Capelo – O Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere que, de acordo com um documento que lhe cederam, a empreitada de requalificação da Praça de Armas e a remodelação dos Espaços Museológicos terminaram a vinte e nove de dezembro de dois mil e doze, mas também os Espaços Museológicos foram barrados com baias amarelas.

Questiona porque é que num edifício que foi recentemente remodelado (o telhado, o interior, e parte do exterior) e pintado, ainda que numa altura difícil das tintas pegarem, se encontra em muito mau estado pois parece que a membrana que foi utilizada para a pintura não é suficientemente elástica para aguentar com os ventos que vêm do lado do mar. Pelo exposto solicita esclarecimentos sobre possível intervenção a ser realizada.

• **Estrada dos Espanhóis (entre a fábrica do ferro e o cruzamento da Palhota) – O Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere que o Sr. Vereador Álvaro Amaro tem sempre o cuidado de referenciar as prioridades. No entanto, a pavimentação do Aceiro das Sapatarias

estava previsto no PPI de dois mil e seis para dois mil e nove e existia verba pelo que a prioridade que havia em dois mil e seis para esse aceiro foi sendo protelada.

Relembra igualmente a sua preocupação sobre a estrada municipal conhecida por Estrada dos Espanhóis, nomeadamente entre a fábrica do ferro e o cruzamento da União Desportiva da Palhota, porque a estrada é perigosa e porque as bermas tem deficiências grandes no asfalto, necessitando claramente de uma intervenção. Apesar de não existir verba em PPI está fortemente convicto que, como costuma dizer o Sr. Vereador Álvaro Amaro "*nunca fizemos tanto com tão pouco*", certamente se conseguirá fazer alguma coisa.

Face às questões apresentadas no *Período Antes da Ordem do Dia*, foram dadas as seguintes explicações:

– ***Apoio financeiro às Corporações de Bombeiros do Concelho*** (*questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) – A **Sra. Presidente** informa que a CMP conversou com as corporações sobre a atribuição dos subsídios e que esse assunto virá à próxima reunião de Câmara. Quanto à questão da verba disponível e o facto de ser menor, resulta do acordado, consequência das circunstâncias e contingências financeiras. O volume financeiro de apoio aos grupos permanentes é calculado com base em cinco homens em permanência e não sete, pelo que é suficiente a verba inscrita em Orçamento.

Sobre a instalação da Força Especial de Bombeiros Canarinhos acrescenta a **Sra. Presidente** que de facto foi uma informação recebida por parte da nova comandante mas que até ao momento não existe nenhuma informação adicional, aguardando-se futuros desenvolvimentos.

– ***Centro Histórico da vila de Palmela – Altura dos lancis em resultado da obra efetuada*** (*questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho*) – A **Sra. Presidente** refere que não pretendeu dizer na última Assembleia Municipal que se tratasse tudo de uma ilusão de ótica, pois existem passeios mais acentuados e cujos limites são mais pronunciados. Para além disso, considera que é indesmentível que os automobilistas não estão habituados a passar ali com a velocidade que a zona requer e exige. Verifica-se que na intervenção realizada nada foi feito fora dos limites regulamentares ou das regras estipuladas.

Acrescenta que no próprio Centro Histórico com a melhoria do piso constata-se um aumento da velocidade por parte dos automobilistas que não adequam a velocidade ao local. O mesmo assiste-se junto aos Paços do Concelho, onde a velocidade não é a adequada ou a circulação se faz de forma precipitada relativamente ao conjunto dos obstáculos ali existentes e que juntamente com a questão da ilusão de ótica, que tecnicamente está provada, faz com que os incidentes ocorram. Contudo, apesar de existir uma curva, o espaço é suficiente para passarem

duas viaturas em simultâneo, desde que a velocidade seja a adequada. A CMP está a estudar a situação e possíveis soluções, se for o caso.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que a Sra. Presidente acabou por explicar o fundamental, mas que as questões estão identificadas e está a ser realizado com a empresa o levantamento de todo o trabalho a ser realizado. Existem obras da responsabilidade da empresa que falta corrigir mas outras como o bolear dos passeios que poderão ser intervencionados de forma a minimizar a situação que se tem constatado.

Concorda com a opinião da Sra. Presidente, quando esta afirmou que os automobilistas não adequam a velocidade de circulação ao local.

– **Recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) / Diminuição do número de contentores do lixo** (questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** refere que a CMP tem um barómetro muito interessante sobre esta matéria, que são as reclamações dos munícipes e não lhe parece ter havido alguma situação catastrófica em abril. Reconhece que houve um momento difícil a partir do dia 25 abril até à passada terça-feira. Refere a existência de dois feriados (25 abril e 1 de maio), sendo que no dia 1 de maio ninguém trabalhou, e no dia 25 de abril apenas existiram as voltas do período noturno. Informa que a CMP tentou compensar essa situação com um reforço de trabalho no sábado, mas que os incidentes ocorrem. Dá o exemplo da avaria de um carro ou o furo de um pneu, como aconteceu na passada quarta-feira em Cabanas consequentemente, parte do circuito ficou por fazer. Lembra que na Península de Setúbal não existe recolha de sábado para domingo porque o aterro da AMARSUL (Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA) encerra. Chama a atenção igualmente que nos fins-de-semana, há mais lixo, monos e verdes resultado das limpezas domésticas e dos terrenos.

Destaca que é necessário mais colaboração por parte dos munícipes e que a CMP tem apelado a que o lixo seja depositado nos contentores perto do período noturno porque só a partir das vinte e duas horas é que a recolha se inicia.

Quanto à redução do número de contentores, tal facto é do seu desconhecimento. Num ou noutro caso o que tem acontecido é a reorientação de um contentor para um outro local onde há mais pressão de colocação de lixo, contribuindo para a comodidade dos munícipes. Redução não houve, pelo contrário, a CMP viu a necessidade de adquirir novos contentores este ano e os mesmos estão a ser postos a uso. Como exemplo, referiu que nesse mesmo dia foi colocado um novo contentor junto ao edifício de Val' Flores.

Quanto à contratação externa que visa complementar o trabalho, informou que o concurso está a decorrer. Em junho, far-se-á a adjudicação. Outros lotes terminam mais tarde. A vinda de uma empresa e a saída de outra ocorrerá durante o verão com alguma normalidade.

A **Sra. Presidente** refere que ainda no decurso do presente dia este assunto mereceu atenção, porque existe uma real preocupação pelo facto de que em Pinhal Novo existam problemas com a recolha pois a capacidade por parte da AMARSUL é claramente inferior.

Para além disso, existem dificuldades com o pessoal, pois em virtude das limitações legais, a CMP não pode reforçar os seus quadros. Em dois anos, as áreas operacionais da CMP contaram com menos sessenta pessoas, causando um grande impacto em termos organizacionais.

Por outro lado, a sensibilização dos cidadãos ainda não foi conseguida como é desejável. Refere que esta tarde, em pleno centro urbano do Pinhal Novo, foi pessoalmente verificar uns sacos pretos grandes que se encontravam junto do vidrão, que por sinal estava completamente vazio, e os sacos continham garrafas. Logicamente que aqueles sacos não se encontravam ali no momento da recolha, porque teriam sido retirados pelo pessoal. O que se passa é que as pessoas não movem uma tampa, não tiram as garrafas de um saco, e incompreensivelmente deixam as coisas no chão. Acrescenta que perante estas circunstâncias é muito difícil trabalhar; a CMP poderia ter todos os recursos humanos do mundo mas continuaria a ter dificuldades em responder a este tipo de problemas enquanto as pessoas não mudarem os seus hábitos.

Acrescenta estar plenamente convencida que os comportamentos e as atitudes cívicas dos cidadãos, também relativamente a este tema dos lixos, encontram-se muito influenciados pelos momentos difíceis que se vivem, muito embora não sejam desculpáveis. Considera que os cidadãos devem ser mais exigentes consigo próprios, mas verifica que se assiste precisamente ao contrário. Constata-se que as pessoas passaram novamente a atirar lixo para a via pública através das janelas das suas viaturas e das janelas das suas habitações.

Refere que perante estas situações, os serviços não vão desistir e a CMP continuará com as campanhas de sensibilização, sendo lamentável que um tema desta natureza consuma tantos recursos.

Apela a que todos os municípios tomem este tema como um tema central.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** refere que, no que respeita à limpeza, a CMP tem de dar o exemplo. Destacou algumas situações:

- O terreno que foi cedido à Administração Regional de Saúde (ARS) para a construção do Centro de Saúde de Pinhal Novo, encontra-se com ervas altíssimas, lixo imundo, dejetos caninos, e não há nenhuma intervenção de limpeza. Em termos de responsabilidade pela limpeza do terreno, questiona se a mesma recai sobre a ARS, ou sobre a CMP.

- O terreno contíguo, onde vai ser construído o lar da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo (ARPI) tem igualmente ervas maiores que pessoas. Na sua opinião, é incompreensível que a CMP efetue a manutenção da relva no final da Quinta do Pinheiro, deixando aquele mato imenso na Rua Bartolomeu Dias. Questiona se a responsabilidade pela limpeza do terreno é da ARPI.
- No início da Rua Salgueiro Maia, quem vai da Vila Bela para a Quinta do Pinheiro à esquerda, existe um espaço verde e tem uma zona onde aparentemente deveria ter sido construído um prédio que não foi, e encontra-se com ervas de um metro e meio também.
- Na Rua 25 de Abril junto à Escola José Eduardo Xavier, as caldeiras das árvores encontram-se cheias de ervas e dejetos caninos, pelo que tem de haver uma clara intervenção no sentido de impossibilitar que isso se verifique. Se as coisas se encontrarem limpas, certamente que as pessoas vão se sentir mal por não manter o espaço em devidas condições.

Considera que da parte da CMP tem de haver algum cuidado sobre esta matéria, não isentando a responsabilidade dos munícipes.

Concluí saudando a Sociedade Columbófila Pinhal Novo pelo espaço que vai ter na Quinta do Pinheiro e pelo facto do mesmo se encontrar limpo.

A **Sra. Presidente** considera normal a preocupação demonstrada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa, considerando no entanto que é uma má comparação invocar a ideia de que o exemplo devia vir de cima. Primeiro, o corte das ervas é provavelmente da responsabilidade de quem tomou o terreno. Mas, independentemente disso, considera não ser comparável e que continua a considerar uma falta de cidadania e uma falta de civismo levar os cães a fazer as necessidades em pleno espaço urbano e não apanhar os dejetos.

Destaca que se cada cidadão cumprisse com as suas responsabilidades, muitas das situações descritas não aconteceriam.

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** demonstra a sua concordância com o que a Sra. Presidente mencionou, mas acrescenta que a situação não é só de agora. As pessoas deixaram de ter quintal e passaram a viver em apartamentos mas continuam a querer ter o seu cão, por isso, é que o Pinhal Novo se encontra no estado em que está.

O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** refere que a forma como os assuntos são abordados pode não ser muito incentivadora para que os cidadãos colaborem, por dar a sensação que compete ao Estado fazer tudo.

Destaca que depois de um inverno como o que se teve, é normal encontrar muitos locais com ervas, mas na sua opinião, não se pode é confundir tudo, colocar tudo no mesmo saco. A prioridade deve ser tratar os espaços públicos de circulação. Quanto à limpeza dos lotes privados, os serviços notificam os proprietários. Nos últimos dois anos foram produzidas centenas de notificações e houve um saldo positivo de respostas e de trabalhos de limpeza de lotes abandonados, como nunca houve. No entanto, refere que há um conjunto de processos que se arrastam, dada a dificuldade de notificar os proprietários.

Esclarece que a relva foi cortada na Quinta do Pinheiro por se tratar de um espaço verde. O lote cedido à ARPI não é um espaço verde, nem pode ter o mesmo tipo de intervenção, nem com o mesmo tipo de maquinaria. Informa que o corta canas e o corta matos, encontra-se no presente momento a operar nas bermas das estradas municipais. A intervenção em lotes que pertencem a outras instituições ou que são de particulares é algo que tem que ficar para as últimas instâncias.

Quanto ao lote do Centro de Saúde refere que o mesmo foi limpo o ano passado por duas vezes.

Menciona que a CMP tem cada vez menos trabalhadores para responder a todas as situações, mas refere ter sido aplicada química, para erradicação de ervas, em toda a área urbana de Pinhal Novo. Em resultado da humidade que existiu no último ano é natural que existam certas zonas a necessitar de intervenção.

– **Baias colocadas no Largo do Pelourinho (em Palmela)** – (*questão colocada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa*) - A **Sra. Vereadora Adília Candeias** esclarece que existiram dúvidas quanto à altura da parede que parecia ser demasiado baixa e que, por esse motivo, as baias foram colocadas para que não houvessem problemas. Contudo, como a altura corresponde à legislação em vigor, as baias vão ser retiradas.

Relativamente às galerias informa que houve um problema com a colocação dos suportes dos painéis museológicos e que se aguarda a sua colocação. Para além disso, existem algumas paredes que têm de ser repintadas em virtude da existência de algumas humidades. Esses pequenos trabalhos provocaram algum atraso.

Relativamente à Casa Hermenegildo Capelo, informa que a CMP não queria que os trabalhos de pintura fossem efetuados naquela altura, por causa da chuva e da humidade que existia. Contudo, esclarece que quando o tempo melhorar há o compromisso de serem efetuados os trabalhos necessários para que tudo fique nas melhores condições.

– **Pólen das árvores** (*questão colocada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa*) – O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** esclarece que as podas cirúrgicas feitas nos últimos três anos têm

contribuído para uma menor polonização dos plátanos. Sobre essa questão, irá fazer chegar documentação, porque existe sazonalidade, não é igual todos os anos.

Acrescenta que se fossem efetuados desbastes mais profundos, como alguns munícipes às vezes sugerem – houve uma reclamação em que o munícipe mencionou que *"há seis anos é que fizeram bem na alameda, cortaram aquilo quase tudo"* -, nos anos seguintes a polonização seria muito superior.

Interroga se o que é pretendido é o corte de todas as árvores. Considera ser preferível a existência desse inconveniente, durante uma ou duas semanas, do que ficar sem árvores anos inteiros. Quanto à substituição de alguns plátanos por se encontrarem envelhecidos, garante que os mesmos são abatidos e o local replantado com outras espécies.

Sobre os choupos e o algodão e a neve, irá fazer chegar documentação da Sociedade Portuguesa de Dermatologia onde se conclui não haver inconvenientes para as alergias. Acrescenta que, em virtude dos choupos, a situação mais grave no Pinhal Novo verifica-se na Escola Básica 2+3 José Maria dos Santos, propriedade do Ministério da Educação, e no espaço do mercado mensal.

Considera que a informação transmitida aos munícipes deve ser a correta e que se deve sensibilizar para a necessidade de alguma ponderação, porque sempre existiram plátanos no Largo José Maria dos Santos, muitos pinhalnovenses cresceram com eles, e sempre ocorreu polonização.

– Estrada dos Espanhóis (entre a fábrica do ferro e o cruzamento da Palhota) – (questão colocada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa) – O **Sr. Vereador Álvaro Amaro** mencionou que é normal que vários executivos tenham previsto a realização de obras, mas que nem sempre os Orçamentos e as Receitas se concretizam como desejável. No mandato dois mil e seis/dois mil e nove, foram várias as obras de repavimentação efetuadas no concelho, recordando-se, por exemplo, no Pinhal Novo a pavimentação do Aceiro José Camarinho, o final do troço do Aceiro principal da Carregueira, entre outros.

Sobre a Rua das Sapatarias, aceita que provavelmente já teria havido a oportunidade de ter sido efetuada a sua repavimentação, porque o seu custo até é muito inferior ao do Aceiro José Camarinho. Garante que não se trata de uma questão de lóbis nem de pressões. O que acontece é que na Rua das Sapatarias a drenagem de águas residuais domésticas iniciou-se em dois mil e nove/dois mil e dez e foi concluído no início de dois mil e onze. Só após esta data se começou a pensar a sério na repavimentação, com estudo prévio e com projeto, encontrando-se atualmente concluídos. A CMP só aguarda que haja ânimo na Economia e consequentemente disponibilidades financeiras para concretizar esta obra.

– **Urbanização Val' Flores** (questão colocada pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa) – O Sr. Vereador Álvaro Amaro afirma que por diversas vezes já teve a oportunidade de explicar o calendário envolvido. Quanto ao estaleiro, menciona que no presente dia observou não um estaleiro mas uma confusão imensa: obras, buracos, camiões pesados, maquinaria diversa.

Quanto à data de início da adjudicação da empreitada, que o Sr. Vereador José Carlos de Sousa tem por hábito referenciar, já teve a oportunidade de esclarecer que todas as empreitadas têm um prazo de concurso e um prazo para consignação. A consignação aconteceu muitos meses depois e a esses prazos ninguém pode fugir. A obra foi consignada após o visto do Tribunal de Contas que aconteceu a vinte e três de março de dois mil e onze. O seu prazo era de cento e oitenta dias mas houve várias prorrogações, sendo que a última apontava para vinte e nove de abril.

Acrescenta que sempre foi informando o Sr. Vereador José Carlos de Sousa dessas prorrogações, bem como da dificuldade sentida pela EDP em rececionar grande parte dos Postos de Transformação de Eletricidade (PT's) instalados. Informa que, inesperadamente, em abril, a EDP veio solicitar a reformulação de um conjunto significativo de processos relativos à ligação de PT's.

Acrescenta que a CMP celebrou um contrato adicional, porque a empreitada prevê a repavimentação do Aceiro José Camarinho e a fase da ligação dos esgotos, e que esse contrato adicional só pôde ser realizado no dia três de abril em virtude da empresa ter de apresentar os documentos legalmente exigidos comprovando, por exemplo, que não possui dívidas à Segurança Social. Para além disso, quando foi adjudicada a obra, a CMP desconhecia que a empresa ia ser sujeita a um plano de reestruturação financeira, que aconteceu antes da insolvência, e não foi possível à CMP desvincular-se da empresa, e nem isso era pretendido.

Contudo, conforme já teve oportunidade de referir em anteriores ocasiões, relativamente às obras da energia elétrica, a CMP não tem pressa porque o fundamental encontra-se feito, como por exemplo a reabilitação da ciclovia e dos espaços de circulação, o ajardinamento, a colocação da mancha arbórea. O restante dos trabalhos relaciona-se com a infraestrutura elétrica destinada a zonas que não têm previstas edificações e sujeitamo-nos a que ao fim de uns anos não haja novamente energia elétrica e a Guarda Nacional Republicana (GNR) ter de andar à procura dos negociantes de cobre.

Finaliza informando que foi concedido uma prorrogação até trinta de junho em virtude dos atrasos da EDP e para a conclusão da obra do aceiro José Camarinho, cuja repavimentação envolve um tapete completamente novo em toda a estrada e não apenas o troço que foi aberto. Para além disso, a rede de água vai ser completamente reabilitada.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PELA SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Finanças / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A CMP toma conhecimento, através de uma relação elaborada pelos respetivos serviços e distribuída a todos os seus membros, dos processos despachados pelo Sr. Dr. José Manuel Monteiro e pela Sra. Dra. Pilar Rodriguez, no período de 17.04.2013 a 07.05.2013, e cujo teor se anexa à presente ata como documento n.º 1 (um).

ASSUNTOS DESPACHOS PELO SR. VEREADOR DO PELOURO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A CMP toma conhecimento, através de uma relação elaborada pelos respetivos serviços e distribuída a todos os seus membros, dos processos despachados pelo Sr. Vereador Álvaro Manuel Balseiro Amaro, no período de 15.04.2013 a 03.05.2013, e cujo teor se anexa à presente ata como documento n.º 2 (dois).

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

A **Sra. Presidente** dá conhecimento que os pagamentos autorizados, no período compreendido entre os dias 17.04.2013 a 07.05.2013, somaram o valor de 2.827.205,07 € (dois milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e cinco euros e sete cêntimos).

A lista dos pagamentos autorizados encontra-se anexa à presente ata como documento n.º 3 (três).

TESOURARIA:

Balancete:

A **Sra. Presidente** informa que o balancete do dia 07.05.2013, apresenta um saldo de 1.843.513,16 € (um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e treze euros e dezasseis cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 789.896,43 € (setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e três cêntimos);

- **Dotações Não Orçamentais** – 1.053.616,73 € (um milhão, cinquenta e três mil, seiscentos e dezasseis euros e setenta e três cêntimos).

ORDEM DO DIA

I – APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e bem assim do que se dispõe o n.º 2 e n.º 4, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação do Decreto-Lei 6/96, de 31 de janeiro (C.P.A. – Código do Procedimento Administrativo), a CMP deliberou a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pela Sra. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, **por unanimidade**, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

- **ATA n.º 01/2013, da reunião ordinária de 9 de janeiro de 2013 – Aprovada por unanimidade.**

II – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pela **Sra. Presidente** foram apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2013.

PROPOSTA N.º GAP 01_09-13:

«A atribuição da Medalha de Honra e da Medalha Municipal de Mérito do Concelho de Palmela constitui um reconhecimento público do Município aos cidadãos e entidades que, pela sua cidadania e altruísmo, criatividade, esforço e valor artístico, inovação e trabalho contribuem para o desenvolvimento social, económico, cultural e desportivo da comunidade. São pessoas e instituições em que nos revemos e cujo valor e exemplo são uma referência.

No âmbito do Ano Internacional da Cooperação pela Água, com o objetivo de aumentar a consciencialização sobre os desafios da gestão, acesso, distribuição e serviços relacionados a este recurso cada vez mais escasso no planeta, entendeu também a Câmara Municipal de Palmela distinguir quem, pela sua ação e envolvimento na vida da comunidade, tem contribuído para a promoção da universalidade do direito humano fundamental à água e ao saneamento,

bem como a proteção das funções sociais, ecológicas e económicas da água e a continuidade da sua fruição como bem essencial à vida e a todas as atividades produtivas.

Dando sequência a uma prática iniciada em 2009, homenageia-se também uma associação do nosso concelho que perfaz 25 anos de atividade regular ao serviço da comunidade.

A Comissão Municipal de Condecorações, reunida em duas sessões de trabalho, a 23 e a 30 de abril, pronunciou-se favoravelmente sobre a presente proposta, a submeter a deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Assim, **propõe-se:**

1. Ao abrigo do disposto no Artigo 5º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da **Medalha de Honra do Concelho de Palmela, a título Póstumo, a Francisco José Carrasqueiro Cambournac.**
2. Ao abrigo do disposto no Artigo 11º, nº 1 do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, submeter a deliberação da Assembleia Municipal, a atribuição da **Medalha Municipal de Mérito** às seguintes entidades e personalidades:

CIDADANIA

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- Plataforma "Água de Todos"

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Medalha Municipal de Mérito (grau Ouro)

- António de Melo Pires

ASSOCIATIVISMO

Medalha Municipal de Mérito (grau Prata - 25 anos)

- Grupo Desportivo e Recreativo da Quinta do Padre Nabeto

DESPORTO

Medalha Municipal de Mérito (grau Cobre)

- José Afonso Duarte dos Santos Costa

Medalha de Honra do Concelho de Palmela

- **Francisco José Carrasqueiro Cambournac** (1903-1994)

(Médico epidemiologista e tropicalista, primeiro diretor português do Instituto Malariologia de Águas de Moura)

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Francisco Cambournac fez a sua formação hospitalar e iniciou a sua carreira clínica no

Hospital de Santa Marta, em Lisboa, tendo posteriormente concluído o curso da antiga Escola de Medicina Tropical.

Decidido a especializar-se em doenças tropicais, em particular na área de Malariologia, frequentou o curso de Malariologia da Faculdade de Medicina de Paris, fez estágios práticos em Itália e na Jugoslávia, nomeadamente na Escola Superior de Malariologia, na Estação Experimental para a luta anti-malária de Roma, e no Instituto de Higiene de Skoplje. Frequentou ainda o Curso de Higiene e Medicina Tropical no Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo e realizou estágios no Instituto Pasteur de Paris, no Instituto Colonial de Amesterdão, na Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, no Ross Institute e na Secção de Malarioterapia do Horton Mental Hospital de Epsom.

Médico auxiliar da Estação Experimental de Combate ao Sezonismo de Benavente, Francisco Cambournac começou, em 1931, a sua carreira no campo da Medicina Tropical e, em particular, da Malariologia. Posteriormente deu seguimento aos seus trabalhos na Estação Anti-sezonática de Alcácer do Sal.

Em 1933, como diretor do laboratório instalado na Estação de Benavente, Cambournac participou no Inquérito para determinação das zonas de endemia sazonal, suas características e estabelecimento de um plano de combate, que a Direcção-Geral da Saúde em colaboração com a Fundação Rockefeller realizou em todo o continente português. Em virtude dos trabalhos realizados foi convidado a ingressar na Fundação como diretor de uma unidade de investigação sobre sezonismo que se previa criar em Portugal tendo, a partir de março de 1934, iniciado os seus estudos na «Estação para o Estudo do Sezonismo», que a Fundação Rockefeller criava, na mesma data, em Águas de Moura.

Em 1937, Francisco Cambournac integrou a comissão responsável pela elaboração das bases para a nova Lei sobre a cultura do arroz e colaborou no estudo de todas as regiões orizícolas de Portugal, numa perspetiva higiénico-sanitária e agrícola.

Quando, em 1938, a Fundação Rockefeller, em colaboração com a Direcção-Geral da Saúde construiu, em Águas de Moura, o Instituto de Malariologia, para substituição da «Estação para o Estudo do Sezonismo» e destinado à investigação e ao ensino da Malariologia, Francisco Cambournac foi nomeado diretor adjunto da nova instituição, dirigida por Roll Hill. Em Dezembro de 1939, foi nomeado Diretor do Instituto de Malariologia, pela Fundação e pelo Governo, alcançando um lugar de prestígio, no âmbito da investigação e do ensino da Malariologia. Ali se realizaram numerosos estudos sobre a distribuição dos Anopheles (mosquitos vetores da malária) e da endemia sazonal em todo o País. Calcula-se que, no Vale do Sado, um metro quadrado de arrozal permitisse - em condições meteorológicas favoráveis - o desenvolvimento de 400 larvas de mosquitos Anopheles. As fêmeas deste tipo de

mosquitos são os transmissores da malária ou paludismo. A população de toda a área de arrozais, de Rio Frio a Alcácer do Sal, era violentamente atormentada por esta doença que provoca febres altas (sezões) e pode matar. Os trabalhos desenvolvidos em Águas de Moura, sob orientação deste cientista, permitiram erradicar a Malária em Portugal, entre os anos 50 e 70 do século XX.

O nome de Francisco Cambournac encontra-se igualmente ligado à erradicação do paludismo em Cabo Verde. Ainda no campo das doenças infecciosas, Cambournac efetuou estudos sobre a epidemiologia da febre amarela, da oncocercose, da cólera e de grandes endemias tropicais, de que é exemplo a criação e direção da Missão de Prospecção de Endemias em Angola, posteriormente transformada em Instituto de Investigação Médica.

Por convite da Organização Mundial de Saúde (OMS), foi nomeado seu primeiro consultor para o continente africano, tendo sido responsável pela primeira conferência que a OMS realizou em África, em 1950. A partir de 1954, exerceu o cargo de Diretor Regional da OMS para África.

No Instituto de Malariologia, organizou e dirigiu, em 1939, o primeiro curso de Malariologia em Portugal, onde foi responsável pelas cadeiras de Hematologia, Protozoologia Especial, Entomologia, Epidemiologia, Profilaxia, Higiene e Climatologia. Teve igualmente a seu cargo o Curso de Técnica de Profilaxia Sezonática, para Engenheiros Agrónomos. Foi neste Instituto que se formou a maioria dos malariologistas que trabalharam nos Serviços Anti-Sezonáticos e depois nos Serviços de Higiene Rural e defesa Anti-Sezonática, assim como muitos especialistas que ocuparam lugares de destaque nesta área na Europa e na OMS, sendo parte destes cursos organizados a nível internacional, a pedido da OMS.

Em reconhecimento de uma vida dedicada à medicina tropical, com mais de 170 ensaios sobre epidemiologia, parasitologia, entomologia, saúde pública, nutrição, saúde educacional, malária, doença do sono, febre amarela, entre outras áreas, foi atribuído a Francisco Cambournac, em 1978, o Prémio Léon Bernard, distinção criada, em 1937, pela antiga Sociedade das Nações Unidas para premiar trabalhos no domínio da Saúde Pública.

Medalha Municipal de Mérito

GRAU OURO

CIDADANIA

- **Plataforma “Água de Todos”**

Assumindo como objetivos principais a defesa do direito universal à água e saneamento, o reforço e a proteção da sua fruição, bem como da sua propriedade e

gestão pública, surge, pela primeira vez, em Portugal, em 2008, a Plataforma “Água é de Todos”, que reúne atualmente cerca de 150 organizações representativas da sociedade portuguesa (sindicatos, autarquias, movimentos de utentes, associações e coletividades, entre outros).

Neste âmbito, a Plataforma tem desenvolvido as seguintes atividades e iniciativas:

- Manifesto “Defender juntos a água de todos”, em defesa da gestão pública da água;
- Iniciativa legislativa de cidadãos «Proteção dos direitos individuais e comuns à água», entregue na Assembleia da República a 28 de fevereiro de 2013, subscrita por mais 40 mil pessoas, com o objetivo de assegurar em Portugal a universalidade do direito à água e ao saneamento, bem como a proteção das funções sociais, ecológicas e económicas da água e a continuidade da sua fruição como bem essencial à vida e a todas as atividades produtivas;
- Sensibilização e mobilização das populações para a defesa da água como bem público.

A Plataforma “Água é de Todos” é um dos mais amplos e relevantes movimentos em defesa da gestão pública da água, como elemento fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar das populações e o direito de todos ao usufruto deste bem público.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- **António Afonso Reynaud de Melo Pires**

Nasceu em Lisboa em 1957. Licenciou-se em Engenharia Mecânica no Instituto Superior Técnico em Lisboa, em 1982.

A sua primeira atividade profissional foi como professor do Ensino Secundário, na Escola Secundária de Palmela, no ano letivo 1981/1982. Iniciou depois um período de trabalho nas Forças Armadas Portuguesas, primeiro no Exército, entre 1982 e 1985, como instrutor, e depois na Força Aérea Portuguesa como Oficial Engenheiro Aeronáutico, de onde saiu em 1992 para integrar o Grupo Volkswagen, na fábrica da Autoeuropa, onde durante 11 anos desempenhou vários cargos.

Em 2003 transitou para a Volkswagen Navarra em Espanha, com as mesmas funções, e, em janeiro de 2006, para a Volkswagen do Brasil. Foi primeiro colocado como Diretor de Produção na fábrica da Volkswagen Anchieta, em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. Em junho de 2007, foi designado Diretor da fábrica de Curitiba, no Estado do Paraná, onde esteve até 2010. No seu regresso a Portugal e à Volkswagen Autoeuropa, António de Melo Pires exerce as funções de Diretor-geral desde 1 de setembro de 2010, sendo o primeiro português a desempenhar este cargo.

António Melo Pires, enquanto Diretor-geral da Volkswagen Autoeuropa, tem procurado aumentar a incorporação portuguesa nas viaturas aqui produzidas, através da qualificação e preparação dos fornecedores para aceder na cadeia de valor do Grupo Volkswagen e da indústria automóvel em geral, bem como aumentar a participação da Volkswagen Autoeuropa na discussão da estratégia de desenvolvimento regional e papel das empresas na sua defesa e implementação. Foi responsável na Volkswagen Autoeuropa, pela criação do Fiapal - Fórum da Indústria Automóvel da Península de Setúbal.

GRAU PRATA

ASSOCIATIVISMO

- **Grupo Desportivo e Recreativo da Quinta do Padre Nabeto**

O Clube Desportivo e Recreativo da Quinta do Padre Nabeto, fundado em 28 de fevereiro de 1988, é uma estrutura associativa que tradicionalmente procurou garantir uma diversidade de oferta à comunidade em que se insere, a Quinta do Padre Nabeto.

Possuindo instalações que permitem a prática regular da atividade desportiva, esta associação sempre procurou garantir também alguma atividade cultural, nomeadamente em festividades cíclicas. Desenvolve modalidades como o futebol, nos escalões iniciados e infantis, é um polo de atração para a comunidade local, quer na utilização das instalações quer na sua condição de interlocutor privilegiado com os poderes locais em assuntos vários da vida da comunidade local.

O Clube Desportivo e Recreativo da Quinta do Padre Nabeto manteve atividade ininterrupta nos últimos 25 anos.

GRAU COBRE

DESPORTO

- **José Afonso Duarte dos Santos Costa**

É natural de Quinta do Anjo, onde nasceu a 9 de fevereiro de 1981 e reside em Cabanas.

Tem-se notabilizado desde a década de noventa na modalidade de ciclismo, nas vertentes de estrada, pista e BTT, sendo detentor de um currículo desportivo que merece destaque. Entre as várias vitórias e classificações meritórias alcançadas em diversas provas do calendário competitivo, destaca-se a conquista dos títulos nacionais de estrada (1996 e 1997) e de pista na especialidade de perseguição (2012), a conquista da Taça de Portugal de estrada (1997) e a presença, em representação da seleção nacional, nos Jogos Olímpicos da Juventude (1997), no Campeonato do Mundo de estrada (1999) e em diversas provas disputadas em vários países europeus. Atualmente é atleta da equipa do Centro de Ciclismo Azeitonense/Casa do Benfica da

Quinta do Conde, depois de ter representado entre outras as equipas Clube de Ciclismo de Tavira, Barbot-Torrié-Gondomar, Grupo Recreativo Matos Cheirinho e do Vitória Futebol Clube.»

Sobre a proposta de *Atribuição da Medalha de Honra do Concelho de Palmela e da Medalha Municipal de Mérito 2013* numerada *GAP 01_09-13* intervieram:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que, em virtude da presente proposta ter sido discutida em sede da Comissão Municipal de Condecorações, só acrescenta lamentar o que nela não se encontra. De acordo com o regulamento, e tal como é mencionado na introdução da proposta, *"A Medalha Municipal de Mérito destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Palmela, melhoria nas condições de vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história ou de notável importância que justifiquem este reconhecimento"*.

Refere que, há mais de um ano, todos os eleitos andam numa luta titânica pela preservação dos territórios e das duas freguesias do concelho (Marateca e Poceirão), e pelo que tem conhecimento o assunto que iria apresentar foi levantado em sede de Comissão Municipal de Condecorações. Na sua opinião, tem havido esforços conjuntos no sentido de dar todos os sinais possíveis e impossíveis de quão preciosas são as duas juntas de freguesia que estão em perigo.

Assim, considera que em sequência do trabalho desenvolvido nas duas freguesias em prol do desenvolvimento económico e dos benefícios, deveria ter sido atribuída a essas duas juntas de freguesia, e sem desprimor das restantes três, a Medalha de Honra ou de Mérito, como sinal político claro e muito importante acerca dos dois territórios que estão em risco.

Informa que a proposta iria ser votada favoravelmente, mas queria reafirmar a posição da Vereação do Partido Socialista (PS), lamentando que a mesma não tenha sido acolhida.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** confirma que o assunto foi de facto discutido na comissão e que houve uma proposta apresentada, não muito objetiva, que propunha que se homenageasse as duas freguesias.

A questão foi analisada e o consenso alcançado, inclusive com os membros do PS, foi pacífico, e assentam em dois princípios:

- Até à presente data, nunca foram homenageados autarcas em funções, e qualquer dos dois presidentes de junta de freguesia ainda se encontram em funções;
- No momento em que se discutiu o assunto, não havia ainda a certeza de que a batalha pelas duas freguesias tivesse sido perdida. Naquela altura, tal como agora, existia muita expectativa e ao tornar público a homenagem às duas freguesias era passar um sinal de que se dava como perdida esta luta. E, se a vontade for

homenagear o Poder Local Democrático, para o ano poder-se-á analisar como o fazer.

Acrescenta que foi até sugerido uma homenagem aos presidentes de câmara e de juntas de freguesia a propósito do momento difícil que o Poder Local atravessa. Mas, sendo ano de eleições, considerou-se que poderia ser visto de uma forma menos positiva pela comunidade estar-se a homenagear autarcas.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** realça o seu desconhecimento de como a proposta foi formulada na comissão, mas que se referia às freguesias, não aos autarcas, apesar de isso não a chocar, pelo contrário.

Acrescenta que o entendimento que atribuiu também foi legítimo, podendo ser interpretado como um sinal de reforço e politicamente importante, e que fazer essa homenagem não pode ser considerada como um sinal político de baixar os braços. Na sua opinião, deve-se homenagear não só quem morre, ou quem vai embora, ou quem acaba, e entende que tenha havido consenso na comissão, mas considera que se dava um claro sinal político.

A **Sra. Presidente** esclarece que tinha percebido que a Sra. Vereadora Natividade Coelho sugeriu as "*freguesias*" em vez de os "*autarcas*", mas a questão relevante é saber quem é que representa as freguesias.

Conforme argumentado pela Sra. Vereadora Adília Candeias, o princípio adotado tem sido o que o que foi referido, e considera que até à data não tem havido problemas. Considera que, a proposta não corresponde ao espírito do regulamento e ao entendimento que sempre foi adotado mas, conforme mencionado, no próximo ano essa proposta pode ser analisada, tanto mais que não se está num contexto eleitoral e é um ano muito especial porque se comemoram os quarenta anos do 25 de Abril e certamente haverá entendimento para se pensar no tema. Reafirma que apesar de ser válida a posição da Vereação do PS, importa destacar que a solução adotada na reunião foi consensual.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Dedicção 2013.

PROPOSTA N.º GAP 02_09-13:

«O Município de Palmela instituiu condecorações destinadas a distinguir qualidades profissionais e de cumprimento do dever reveladas, no serviço, pelos funcionários da câmara municipal (artº 1º Regulamento de Condecorações do Município de Palmela), nomeadamente a Medalha Municipal de Dedicção.

No âmbito do artigo 19º do Regulamento referido, a Medalha Municipal de Dedicção destina-se a galardoar os funcionários que, no cumprimento dos seus deveres, se tenham revelado e distinguido exemplarmente, pelo zelo, competência, decisão, espírito de iniciativa e dedicação.

Deste modo propõe-se, nos termos do artigo 21º do Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Dedicção – Grau Ouro, aos funcionários a seguir mencionados, cuja fundamentação se anexa:

- Ana Cristina Ascensão Lino Ferreira
- Joaquim Manuel Guerreiro (a título póstumo)
- Maria Teresa Sousa Palaio e Santos Pereira

Medalha Municipal de Dedicção – Fundamentação e Notas Biográficas

Ana Cristina Ascensão Lino Ferreira

Ana Cristina Ascensão Lino Ferreira ingressou na Câmara Municipal de Palmela a 5 de dezembro de 1983, com a categoria de Cantoneira de Limpeza, tendo transitado para a categoria de Assistente Operacional a 1 de janeiro de 2009, em resultado da aplicação do novo enquadramento legal de carreiras e vínculos.

Atualmente ao serviço na brigada de higiene e limpeza urbana de Palmela, Ana Cristina Ferreira é uma das funcionárias mais antigas da Divisão de Serviços Urbanos.

Trabalhadora diligente, assídua e cumpridora, a Ana Cristina Ferreira tem demonstrado, ao longo da sua carreira profissional, uma invulgar consciência da relevância das suas tarefas e do impacto que as mesmas têm para a qualidade de vida dos residentes e para a imagem do concelho junto dos milhares de turistas que anualmente visitam a Vila de Palmela. Não raras vezes, por iniciativa própria, prolonga o horário de trabalho ou interrompe períodos de descanso, de modo a garantir que as ruas de Palmela estejam sempre limpas e «bonitas», como ela gosta.

Reconhecida por colegas e chefias como excelente pessoa, de trato afável e de bom relacionamento com todos, a Ana Cristina Ferreira padeceu, há relativamente pouco tempo, de uma doença grave, da qual recuperou, tendo regressado ao serviço, sem que isso lhe tivesse quebrado o alento no trabalho, ou lhe servisse de desculpa para qualquer falha.

Pela sua dedicação, zelo e compromisso com o serviço público a Ana Cristina Ferreira é merecedora de receber a Medalha de Dedicção, Grau Ouro.

Joaquim Manuel Guerreiro

Joaquim Manuel Guerreiro foi admitido na Câmara Municipal de Palmela a 11 de abril de 1994, em regime de Contrato de Prestação de Serviços – Contrato de Tarefa e, a 2 de dezembro desse mesmo ano, celebrou contrato de trabalho a termo certo,

desempenhando funções equiparadas a Encarregado Geral, responsabilidades que exerceu independentemente das diferentes categorias que integrou e cargos para que foi nomeado. À data do seu falecimento, integrava a categoria de Encarregado Operacional, para a qual transitara, em 1 de julho de 2009 (em resultado da aplicação do novo enquadramento legal de carreiras e vínculos), poucos meses após ter sido designado Coordenador Operacional do Departamento de Ambiente e Infraestruturas.

Ao longo de mais de dezasseis anos ao serviço da Câmara Municipal de Palmela, desempenhou sempre as suas funções com elevado profissionalismo, disponibilidade e compromisso para com o serviço público e a população do concelho. A sua competência, capacidade de liderança e espírito de iniciativa fizeram do Joaquim Manuel um elemento fundamental na gestão e coordenação das equipas operacionais da autarquia, fosse na realização de tarefas planeadas, fosse na resolução de situações imprevistas e que careciam de resolução urgente.

Em virtude das funções que desempenhou e do prestígio e confiança que conquistou junto do executivo municipal, foram-lhe atribuídas tarefas que em muito excediam as suas atribuições e que nunca recusou.

Merecem particular destaque a coordenação das equipas operacionais da Câmara Municipal de apoio à montagem de diversas edições da Festa das Vindimas - era representante da autarquia junto das respetivas comissões organizadoras - e as funções que desempenhou, durante vários anos, junto da Proteção Civil Municipal, assegurando a mobilização e coordenação dos meios da autarquia em situações de acidente grave ou calamidade.

Nas suas funções, Joaquim Manuel nunca limitou a sua intervenção às tarefas que lhe eram formalmente cometidas: revelando grande espírito de missão, envolvia-se de corpo inteiro nos projetos e ações, assumindo como seus os problemas e dificuldades enfrentados pelo grupo (fosse ele um outro serviço, uma comissão organizadora de uma festa ou iniciativa, ou um agente da proteção civil) e participando ativamente na sua resolução.

As suas qualidades pessoais e o espírito de camaradagem e amizade que sempre cultivou entre colegas e dirigentes de diferentes setores da Câmara Municipal, mas também, junto de muitos eleitos autárquicos, nomeadamente de sucessivos executivos municipais e de juntas de freguesia com quem se relacionou, fizeram-no merecer o respeito e a admiração de todos.

Homem inteligente e solidário, com uma enorme cultura geral, soube sempre, mesmo com o sacrifício do seu descanso e lazer, contribuir para qualificar e dignificar o serviço público e a Câmara Municipal de Palmela.

Trabalhou na Câmara Municipal de Palmela até ao dia 28 de novembro de 2012, data do seu prematuro e repentino falecimento.

O seu firme vínculo ao serviço público, a sua competência, dedicação e capacidade de liderança, não podem deixar de ser tomados como uma referência e um forte ensinamento para todos, sendo, por isso, merecedor de receber, a título póstumo, a Medalha de Dedicação, Grau Ouro.

Maria Teresa Sousa Palaio e Santos Pereira

Maria Teresa Sousa Palaio e Santos Pereira ingressou na Câmara Municipal de Palmela a 25 de setembro de 1989, em regime de contrato a prazo certo, como Técnica Auxiliar de Informação, para desempenhar funções no setor de Informação da então Divisão Sócio Cultural e de Informação.

Integrada no Quadro de Pessoal como Técnica Superior a 8 de junho de 1994, Maria Teresa Palaio exerceu ao longo dos anos diversos cargos de direção: Chefe de Divisão de Ação Cultural (nomeada a 01/03/1996), Diretora de Projeto do Gabinete de Recuperação e Animação do Castelo, equiparado a Chefe de Divisão (nomeada a 03/05/1999), coordenadora do Projeto Municipal de Modernização Administrativa (nomeada a 15/03/2000), Chefe de Divisão de Organização e Sistemas de Informação (nomeada a 04/10/2000), Diretora de Departamento de Comunicação e Atendimento (nomeada a 05/4/2007). Atualmente é Diretora de Departamento de Obras, Logística e Conservação (nomeada a 18/02/2010), sendo que até a 15 de setembro de 2010 acumulou essa função com o cargo de Diretora de Departamento de Comunicação e Atendimento.

Exerceu ainda funções de coordenadora da Divisão de Informação e Relações Públicas e integrou diversos grupos de trabalho internos para o desenvolvimento de projetos municipais, sendo de destacar o seu envolvimento nos grupos de trabalho de reorganização de serviços realizados em 2000 e 2007.

Por motivação pessoal ou em resposta a necessidades imperiosas da autarquia, o seu trajeto profissional é marcado pelo exercício de uma grande diversidade de tarefas e funções, abrangendo áreas tão diversas como a ação cultural, a informação e comunicação, o património histórico edificado, a modernização administrativa, o atendimento público e as obras públicas. Em todas as situações respondeu positivamente aos desafios que lhe foram colocados, com um elevado espírito de missão, grande profissionalismo, enorme disponibilidade pessoal, e revelando uma vocação e um gosto especiais pelas questões da organização e métodos de trabalho, tendo sempre por objetivo a prestação de um serviço de qualidade.

Apesar de ter exercido cargos de direção em áreas tão díspares, um dos seus principais contributos, até à data, enquanto dirigente, está indiscutivelmente associado ao desenvolvimento dos projetos da qualidade e modernização administrativa, promovidos quer no âmbito da Divisão de Organização e Sistemas de Informação, quer do Departamento de Atendimento e Comunicação. Em ambos os casos foi a sua primeira dirigente, sendo responsável pela instalação e implementação destes serviços municipais.

Enquanto coordenadora do Projeto de Modernização Administrativa teve um desempenho notável. Para além da introdução de processos de trabalho inovadores, desenvolveu e concretizou um plano de formação dos trabalhadores da autarquia abrangendo todas as categorias profissionais, devidamente articulado com os processos de melhoria contínua e as tecnologias da informação, os quais também tiveram um incremento assinalável. Este projeto – que antecedeu a criação da Divisão de Organização e Sistemas de Informação – para além do seu inegável contributo para melhoria significativa da qualificação dos trabalhadores da autarquia e da eficiência dos serviços municipais, constitui desde então uma referência em todo o trabalho desenvolvido pela autarquia no âmbito da inovação e modernização administrativa.

Enquanto responsável pela Divisão de Organização e Sistemas de Informação e, posteriormente, pelo Departamento de Atendimento e Comunicação, Teresa Palaio liderou a conceção e implementação de projetos «bandeira» do Município, de que se destaca o novo sistema de atendimento municipal, incluindo a sua desconcentração e o atendimento móvel (Veículo de Atendimento Móvel). A sua visão e a sua liderança na gestão destes dois serviços contribuíram decisivamente para os diversos prémios da qualidade recebidos pelo Município de Palmela e para diversas acreditações de serviços municipais, dos quais se destaca a acreditação da Câmara Municipal como entidade formadora.

Profunda conhecedora de todas as matérias relacionadas com a organização e funcionamento dos serviços públicos, dotada de uma disciplina e capacidade de trabalho notáveis, Teresa Palaio assume cada nova tarefa como um desafio, em que a excelência é o objetivo a atingir: mais do que o fazer, importa fazer bem feito.

Fortemente comprometida com o serviço público, por vezes com inegável sacrifício pessoal, Teresa Palaio é hoje, fruto do seu trabalho e do seu percurso, um exemplo e uma referência na Câmara Municipal, um recurso inestimável sempre disponível para cumprir qualquer tarefa que lhe seja cometida, com competência, dedicação, zelo, elevada capacidade de decisão, espírito de iniciativa, sendo por isso merecedora de receber a Medalha de Dedicação, Grau Ouro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta, com a seguinte declaração por parte da Sra. Vereadora Natividade Coelho.

Declaração dos Srs. Vereadores do P.S.:

"Não nos atreveríamos sequer a discutir a proposta. Queríamos de toda a maneira dar conta, pelas pessoas em causa e pelo seu valor, queria unicamente e muito brevemente, e comuniquéi à Sra. Presidente, dizer que a distinção de um dirigente durante o ano de dois mil e treze constituía para nós algumas reservas, [obviamente não] pela dirigente em causa, mas por todo o processo de redução de dirigentes em que a Câmara se encontra e que poderia eventualmente ser um fator de destabilização. Mas como disse, é a figura que se calhar nem é regimental que escolhi para fazer esta declaração; era obviamente para afastar a discussão da pessoa, mas queria deixar esta ressalva."

A **Sra. Presidente** refere sobre a declaração, e a questão suscitada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho, reafirmando que ponderou e que o argumento era muito pertinente. Contudo, a sua não aceitação deveu-se ao facto de entender que as pessoas também não podem ser penalizadas. Esclarece que ao falar em «penalização» é em sentido figurado, porque só poderia ser entendido como uma penalização se de um direito se tratasse, o que não é o caso. Na presente circunstância, a pessoa em causa tinha todas as condições para receber a distinção, sendo merecedora de tudo o que consta na proposta e reunindo a aprovação, por unanimidade. Entende que embora se vivendo num momento muito difícil, o mesmo não é motivo para não se ter esta iniciativa.

A **Sra. Presidente** acrescenta que, muito embora seja através do SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública), que os dirigentes são formalmente avaliados, nada impede que existam outros momentos de reconhecimento do trabalho desenvolvido. Fez questão de sublinhar aos dirigentes que cessaram funções que, de modo algum, a cessação de funções podia ser confundida com qualquer espécie de avaliação do trabalho realizado.

A verdade é que a CMP, como todos os municípios, está confrontada com uma lei que impõe a redução do número de dirigentes.

Importa analisar em que medida é que uma conjuntura que é completamente imposta, e que o executivo não tem qualquer responsabilidade, deve inibir a CMP de reconhecer o papel dos trabalhadores. Na sua opinião, não acha que deve ser inibidora, mesmo quando se está a distinguir um dirigente em detrimento de outros, podendo ferir suscetibilidades. Mas sinceramente acredita que tal não se verifica. Considera que as pessoas compreendem e que já perceberam o espírito da iniciativa, visto que não é a primeira vez que se atribui esse título aos dirigentes autárquicos.

Depois de ponderar e de reconhecer a importância do argumento apresentado pela Sra. Vereadora Natividade Coelho, a **Sra. Presidente** considera que, ainda assim, a CMP não deve inibir-se por ele.

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2013.

PROPOSTA N.º GAP 03_09-13:

«Conforme o disposto no artigo 24.º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Serviço Prestado destina-se a galardoar os trabalhadores que, cumprindo determinado período de carreira – 15, 25 e 35 anos – tenham revelado no exercício do seu cargo, assiduidade e comportamento exemplar, devendo, de acordo com o artigo 27.º, ser entregue em cerimónia solene, de preferência realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 1 de junho, Dia do Concelho.

Tendo em consideração a listagem relativa à contagem do tempo de serviço e às informações complementares fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos e Organização **propõe-se**, nos termos do artigo 26.º do referido Regulamento:

A atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado aos trabalhadores abaixo mencionados, nos seguintes graus:

Medalha de Grau Ouro (35 Anos de Serviço Prestado):

- Júlio Diniz Sousa Cândido

Medalha de Grau Prata (25 Anos de Serviço Prestado):

- António Manuel Delgado Simão
- António Simão Cartaxo Condeço
- Helena Isabel Oliveira Carvalho Carrilho Guedes
- Jorge Manuel Branco Martinho
- José António Barrocas Magalhães
- Luís António Costa Benzinho
- Maria Adélia Gomes Costa Ratão
- Maria Luísa Vieira Lousa
- Maria Teresa Gaspar Luís Colaço
- Paulo Jorge Chagas Cardoso
- Rosa Maria Jesus Lourenço

Medalha de Grau Cobre (15 Anos de Serviço Prestado):

- Armando António Botelho

- Carla Isabel Reis Moreira Sanches
- Cezantina Costa Magalhães Grandão
- Cláudia Maria Brito Inácio Romba
- Dina Maria Mateus Pereira
- Dina Susana Lima Vale
- Eduardo Borges Pereira
- Elisabete Maria Duarte Lázaro
- Ernesto Porelo Ribeiro Leal
- Estevão Martinho dos Santos Gonçalves
- Fernando Manuel Araújo Camolas
- Flamino dos Santos António da Silva
- Hugo Manuel Simão Silva
- Hugo Paulo Batista Ferreira
- Humberto Manuel Carrilho Carolino
- Inácia Maria Lourinho Claro Costa
- Irene Godinho Caeiro Leal
- João Alexandre Bento Velhas
- Joaquim Manuel Costa da Conceição
- Jorge Manuel Conceição Carvalho
- Jorge Manuel Cordeiro da Claudina
- Leonel Luís Nunes
- Maria de Fátima Cardoso da Silva
- Maria Graça Ventura Duarte
- Maria Jacinta Merca Pereira
- Maria José dos Santos Espadinha Graça
- Maria José Lameira Conceição
- Maria José Marques Pereira Carapinha
- Maria Leonor Dono Claro Campos
- Maria Madalena Mendes Crespo
- Maria Venilde Gomes Marques Guerreiro
- Marta Varela Gonçalves
- Nuno Miguel Sousa Pereira
- Odete Antónia Sobral
- Paulo Filipe Petronilho Gautier
- Rui Manuel Marques Claudina
- Sandra Isabel Ferreira Nunes Miranda Cordeiro
- Sérgio Maurício Carvalho da Silva
- Susana Paula Domingues Gamito Gomes Pereira

- Teresa Paula do Nascimento Matias
- Vítor Manuel Vicente Domingos

Tendo em conta o número de homenageados, **propõe-se** que a cerimónia se realize no Cineteatro S. João.»

Sobre a proposta de *Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2013* numerada *GAP 03_09-13* interveio:

O **Sr. Vereador José Carlos de Sousa** menciona que quando leu a proposta pensou que houvesse um erro, quando no primeiro parágrafo se menciona que *“de preferência a cerimónia se realize no Salão Nobre dos Paços do Concelho.”* Só depois se apercebeu que não era erro, porque no final da proposta lê-se: *“tendo em conta o número de homenageados, a cerimónia deve ser realizada no Cineteatro São João.”* Na sua opinião, era dispensável a referência ao Salão Nobre porque o mesmo nem sequer tem condições para que as reuniões de Câmara lá se realizem, quanto mais uma sessão solene.

A **Sra. Presidente** concorda com o Sr. Vereador José Carlos de Sousa. Na sua opinião, o próprio regulamento é excessivo ao dizer onde é que a cerimónia deve ser realizada. Na altura, esse aspeto não foi ponderado, mas não via problema nenhum que se procedesse à correção da proposta, retirando essa referência.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

III – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL:

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Festas Populares 2013: atribuição de apoios financeiros.

PROPOSTA N.º DCD_DAC 01_09-13:

«A Câmara Municipal, no seu continuado relacionamento com o associativismo local, sempre se constituiu como parceiro das organizações associativas que assumiram, como objetivo principal, a realização das Festas Locais enquanto eventos comunitários, apoiando técnica, logística e financeiramente, no reconhecimento da importância destas ações no panorama cultural e socioeconómico local.

Num contexto de estrangimentos financeiros, mas fruto de um processo dialogante com as organizações, procurou-se manter a decisão de apoiar financeiramente a realização de uma festa local por freguesia.

Conscientes de que um conjunto de outros eventos análogos deveriam aqui ser considerados, procura a presente proposta salvaguardar a realização das festas mais representativas, em cada uma das freguesias do concelho, reconhecendo o esforço que se apresenta a todos aqueles que, voluntariamente, mantêm vivas as tradições dos diferentes territórios no concelho de Palmela.

Considerado a reconhecida importância local dos eventos, **propõe-se** à Câmara Municipal deliberar o apoio financeiro às seguintes festas:

- Na freguesia de Palmela, a realização da 51.ª edição das Festas das Vindimas – 29 de agosto a 3 de setembro, manifestação emblemática do concelho de Palmela, onde, à comemoração original de um ciclo de trabalho agrícola, a vindima, se associam manifestações religiosas de dádiva e reciprocidade de novo ciclo;
- Na freguesia de Pinhal Novo, a realização da 17.ª edição das Festas Populares de Pinhal Novo – 5 a 10 de junho, festividades com um marcado cunho comunitário que encontra, neste momento festivo, um evento cada vez mais partilhado, aliando uma forte visibilidade económica e associativa da comunidade local, este ano dedicadas ao tema Tradição e Modernidade;
- Na freguesia de S. Pedro da Marateca – 28 a 30 de junho, a realização das Festas em Honra de São Pedro da Marateca, das quais se destaca o mais forte elemento de animação destas festas, as Marchas Populares de Águas de Moura;
- Na freguesia de Quinta do Anjo, a realização da 257.ª edição das Festas de Todos os Santos – 1 a 3 de novembro, uma das mais antigas festividades do concelho de Palmela, e que, fruto do trabalho continuado da comunidade, mantiveram, até hoje, a memória da inicial promessa divina de proteção da Aldeia de Quinta do Anjo face ao terramoto de 1755.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 4, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5–A/02, **propõe-se** a atribuição de apoios financeiros, no valor total de 39.100,00 € (trinta e nove mil e cem euros) às entidades organizadoras, de acordo com a seguinte distribuição de montantes:

- Associação das Festas de Palmela: 23.300,00 €
- Associação das Festas Populares de Pinhal Novo – Desenvolvimento e Cultura Local: 12.500,00 €
- Associação das Festas de S. Pedro da Marateca: 3.300,00 €

Não se inclui apoio às Festas de Todos os Santos, na medida em que ainda não foi dado início ao trabalho de preparação do evento, sendo a análise e proposta de apoio apresentada oportunamente.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

IV – DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E TURISMO

DIVISÃO DE TURISMO E ECONOMIA LOCAL:

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão.

PROPOSTA N.º DCT_DTEL 01_09-13:

«A 24.^a edição da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão realiza-se nos dias 5, 6 e 7 de julho no Parque Mário Bento e nas ruas adjacentes. São três dias em que Poceirão afirma a sua ruralidade promovendo a excelência dos produtos da sua freguesia.

Nesta iniciativa, os visitantes terão a possibilidade de contactar as tecnologias mais avançadas ao serviço da agricultura, de conhecer o que se produz nesta imensa freguesia rural, nomeadamente, os vinhos, os queijos, as frutas, os produtos hortícolas, bem como, de visitar a exposição de gado.

A Feira é também um espaço de promoção da gastronomia local e regional, aqui encontramos desde a sardinha assada à típica sopa caramela.

Para a Câmara Municipal de Palmela, a promoção dos produtos locais é uma atividade estratégica que contribui para a valorização do espaço rural, proporciona oportunidades únicas às populações urbanas para consumir e fruir o espaço rural e reforça a identidade cultural de todos aqueles que trabalham a terra.

Para realização desta iniciativa, que tem custos muito elevados, a Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão solicitou o apoio da Câmara Municipal de Palmela, tendo apresentado o respetivo orçamento.

Assim, face ao exposto e de forma a colmatar parte das despesas da organização deste evento, e para além do apoio logístico que a autarquia também assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a atribuição de um apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão.»

Sobre a proposta de Apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão numerada DCT_DTEL 01_09-13 interveio:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que este ano o calendário é favorável porque não coincide com as Festas de São Pedro de Marateca.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

V – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e trinta e cinco minutos do dia nove de maio de dois mil e treze, a **Sra. Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *José Manuel Monteiro*, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e subscrevi.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Diretor do Departamento

José Manuel Monteiro